



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**Expressões da Questão Social brasileira no contexto da  
Ofensiva Neoliberal**

Adriana Teotonio Borges <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo se propõe a realizar uma reflexão acerca das expressões da questão social brasileira no contexto da ofensiva neoliberal, além dos impactos das medidas adotadas pelo projeto neoliberal que intensifica trabalho desprotegidos, desprovidos de direitos. O atual contexto neoliberal, vivencia-se forte articulação em prol da retirada de direitos, por sua vez as políticas públicas são afetadas pelo processo de desmonte e sucateamento, fragmentação, o qual contribui para o agravamento da desigualdade social. Para a consecução do objetivo proposto utilizou uma pesquisa bibliográfica que é definido como um delineamento de pesquisa.

**Palavras – chave:** Questão Social; Ofensiva neoliberal; Políticas públicas

**Abstract:** His article proposes to reflect on the expressions of the Brazilian social issue in the context of the neoliberal offensive, in addition to the impacts of the measures adopted by the neoliberal project that intensifies unprotected work, devoid of rights. The current neoliberal context is experiencing strong articulation in favor of the withdrawal of rights, in turn, public policies are affected by the process of dismantling and scrapping, fragmentation, which contributes to the worsening of social inequality. To achieve the proposed objective, a bibliographic research was used, which is defined as a research design.

**Keywords:** Social issues; Neoliberal Offensive; Public policy

## 1. INTRODUÇÃO

Compreendemos que o atual contexto social é econômico que vivenciamos está ancorada no processo de transformações, as transformações estruturais e conjunturais do capitalismo, que se processam sob a dominância do capital financeiro, deve decifrar as dimensões constitutivas da Questão Social que “[...] instaurou-se no planeta com a tomada de poder mundial pelo regime capitalista em sua nova dobra –

---

<sup>1</sup> Assistente Social; mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional pela Universidade Federal de Campina. [addrianafatic@gmail.com](mailto:addrianafatic@gmail.com)



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

financeirizada e neoliberal –, poder que leva seu projeto colonial às últimas consequências, em sua realização globalitária” (ROLNIK, 2018, p.1).

Em sentido contrário aos avanços da CF-1988, durante a década de 1990, o Estado brasileiro alinha-se ao modelo neoliberal que tem no seu objetivo o fortalecimento capitalista entre outras medidas que compõe seu receituário. Desta forma, o Estado passa a responsabilizar cidadãos pelos seus infortúnios, se eximindo de suas reais e obrigatórias responsabilidades como ente regulador das relações e garantidor dos direitos sociais.

As políticas públicas no Brasil vêm sofrendo com os cortes nos investimentos sociais, somado ao processo de desmonte e sucateamento, fragmentação e interrupção nas ações dos serviços socioassistenciais e consequente redução dos recursos orçamentários, sendo a Emenda Constitucional nº 95/2016 responsável por aprofundar ainda mais o desmonte da proteção social somada às demais reformas aprovadas no Governo Ilegítimo Michel Temer e no Governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro.

A conjuntura em questão impõe tensionamentos incertezas, desafios, contradições e retrocesso nas políticas públicas, decorre também um processo de expropriação de direitos sociais, alinhado a um Estado mínimo para social e máximo para o capital, em que ocorre um intenso sucateamento nos serviços públicos, marcado por processos de desigualdades sociais, que culminou um total de 12,6 milhões de desempregados em 2019 –, somados aos precarizados e desalentados, atingiu 32 milhões (BOSCHETTI; BERING, 2021).

Nesta perspectiva, o presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que é definido como um delineamento de pesquisa, considerando como estudo investigador que consegue conhecer os fenômenos de uma forma mais ampla se há necessidade de pesquisar diretamente GIL,2008).

O referido artigo tem como objeto analisar as expressões da Questão Social brasileira no contexto da ofensiva neoliberal

## **2 A CRISE DO CAPITAL EM TEMPOS NEOLIBERAIS**

Capitalismo é constituído de crises, que desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente, sendo expressões localizadas que fazem



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

parte da própria dinâmica contraditória do sistema capitalista, pois não existe capitalismo sem crise, Conforme aponta Netto (2012) “[...] há um tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente, até hoje, por apenas duas vezes: a chamada crise sistêmica, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida”. Sendo que a crise sistêmica se expressa envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. E que de acordo com Mézáros (2010) possui caráter estrutural, uma vez que afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas partes constituintes, como também outros aspectos aos quais é articulada.

As profundas transformações emergentes na década de 1970 redesenharam abundantemente a estrutura do capitalismo contemporâneo, que apresenta novas características e processo inéditos. Estas transformações estão relacionadas com as dramáticas mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e criaram as falsas alegações do “fim da sociedade trabalho” e do “desaparecimento” do proletariado como uma classe, mudanças inevitavelmente relacionadas aos efeitos causados no circuito produtivo pela revolução científica e técnica que vem ocorrendo desde meados do século XX (potenciada em seus desdobramentos, nas quais podemos destacar, “revolução informação” e pelos avanços da microeletrônica, da biologia, da física e da química). Trata-se de transformações que vão além dos circuitos produtivos: dizem respeito à totalidade social, constituído a sociedade tardo-burguesa que emerge da restauração do capital operada desde fins dos anos 1970 (NETTO, 2012).

Diante das transformações do capital, o projeto neoliberal restaurador compactua com a flexibilização, terceirização e a desvalorização dos trabalhadores e a privatização, que permite na quase totalidade ao capital o poder da força de trabalho de acordo com as suas necessidades. Por conseguinte, “o Estado passa a ser responsável por financiar tanto a reprodução da força do trabalho – via políticas públicas – como a cumulação do capital – por meio de subsídios e da adoção de políticas econômicas que contribuam para garantir a rentabilidade” Britta, (2020, p.217), tendo como pano de fundo a acumulação, operada pela lógica excludente do capital. Soares (2000) aponta, que as políticas de ajuste fazem parte de um movimento de ajuste global, que faz parte do cenário de globalização financeira e produtiva.



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Brettas (2020, p. 208-209) apresenta três recursos que precisam ser analisados no campo das políticas sociais:

1) adoção de uma política de ajuste fiscal permanente que possibilita a retirada crescente de direitos combinada ao estímulo à busca de soluções no setor privado; 2) Estímulo, via isenção fiscais e alterações na legislação, do empresariamento em setores como a saúde e a educação, que passam a contar com investimento estrangeiros e a abertura de capital na bolsa de valores; 3) ampliação da política de crédito para os que não podem pagar pelos serviços privados, mediante o foco neste perfil de “consumidor”, e de fortalecimento de mecanismos de transferência de renda que estimulam a isenção de usuários das políticas sociais no sistema bancários.

A reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado são respostas articuladas do capital à atual fase de acumulação, uma ofensiva contra o trabalho, que se configura como uma nova estratégia da classe burguesa. Agravada nas perdas dos direitos sociais, trabalhista e a desarticulação dos sindicatos, cuja principal mediação não tem sido marcada nos investimentos sociais, criação de programas compensatórios de enfrentamento da pobreza, aloja numa tentativa de neutralizar a crise econômica (MOTA, 2012).

Em decorrência da crise, as medidas adotada para a saída do colapso econômico e social tem sido norteado por medidas ultraneoliberais, no campo econômico, na qual é intensificada ação destrutivas do capital, com maior exploração do trabalho e, por conseguinte, com o acirramento da barbárie social. Considerando, que do ponto de vista ideopolítico, é efetivada por meio de diversas estratégias, assegurado pelo Estado e suas instituições, por intermédio das contrarreformas e a regulação política do mercado do trabalho, sendo instituído formas brutais de precarização da vida e do trabalho, além de remeter o discurso do empreendedorismo, instituído este na prática, a autoexploração do trabalhador (Mészáros, 2002).

Em contrapartida, as medidas adotadas pelo governo golpista de Temer, nas quais a contrarreforma trabalhista que estimula a terceirização e precarização generalizadas do trabalho no país e a aprovação da Emenda Constitucional n.95/2016, promoveu terrível congelamento nos gastos sociais (Saúde, Educação e Assistência Social) por 20 anos. Tal medida representa os privilégios da elite brasileira que utiliza o argumento de que a solução para as desigualdades sociais e as injustiças sociais é o crescimento na economia, quando na verdade se efetiva “ofensiva neoliberal aos trabalhadores”, na tentativa de abolir as conquistas sociais. (SALVADOR, 2017, p. 4).



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Nessa mesma direção “O atual governo brasileiro volta com carga a ortodoxia neoliberal com brutal corte de direitos sociais, sobretudo do financiamento público, como denota o Novo Regime Fiscal (NRF), aprovado pela EC n. 95.” Notadamente, o NRF impossibilita a vinculação dos recursos para as políticas sociais de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988.

Desde 2016, vivenciamos um golpe de Estado, que tem em seu cerne o aprofundamento do ajuste fiscal, designado de Novo Regime Fiscal, visando sinalizar ao mercado um ambiente de negócios que assegura “trabalhadores livres como os pássaros” com vista aceitarem qualquer trabalho precarizado; e, por outro lado, assegurar o saque ao fundo público, com um suporte necessário às grandes empresas em tempos de crise - especialmente os detentores de título da dívida pública. Este processo resulta no saque de bens públicos, a retomada das privatizações, com ênfase aos interesses imperialistas no que cerne as riquezas do país, nitidamente a água, o petróleo e a Amazônia.

Diante dessas medidas, pode se observar os agravamentos das demandas das políticas sociais, sobretudo na Assistência Social por ser alvo de vários ataques dos governos federais e especialmente do atual governo Jair Bolsonaro, que cumpre com o projeto ultraneoliberal.

A trajetória de construção das políticas sociais, representa uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa, porém, a sobreposição de recursos na assistência em detrimento dos recursos em diferentes áreas sociais, tem significado o desmonte das políticas sociais. Levando em consideração, que o crescimento da participação dos recursos da função da assistência social no orçamento da segurança social (OSS), que, no intervalo de tempo de 2002 a 2018, “teve crescimento real de 334,4%, enquanto a previdência social e a saúde tiveram crescimento menor, de 66,3% e 48,1%, respectivamente, ficando, portanto, abaixo do crescimento do OSS, que foi de 72,7%” (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019, P. 78).

Assim, em linhas gerais, o fundo público desempenha um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital, sendo uma questão estrutural do capitalismo, abrangendo toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para interferir na economia e nas políticas públicas (Salvador, 2012). Desse modo, o fundo público se realiza por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

socialmente produzida. Portanto, Behring (2012), o considera como parte do trabalho excedente que se converteu em lucro, juro ou renda da terra, torna apropriação do Estado para a execução de múltiplas funções e de trabalho necessário.

Á vista disso, o orçamento público, é parte relevante do fundo público, não se restringi apenas a uma peça técnica e formal ou a um instrumento de planejamento. Além do mais o orçamento é um elemento de cunho político que direciona as negociações a respeito de quotas de sacrifício sobre os membros da sociedade no que refere ao financiamento do Estado e é utilizado como instrumento de controle e direcionamento dos gastos (SALVADOR, TEIXEIRA, 2014).

Os desdobramentos da crise, tem seu alvo principal a negação, a destruição das políticas públicas e dos direitos sociais. A Assistência Social, reconhecida como política pública de direito, tem sofrido duras perdas nos últimos anos, diminuindo sua capacidade de intervenção junto a questão social.

Nesse contexto de ataques a proteção social ações estas que são destinadas à superação de situação de vulnerabilidade social são penalizadas pelo processo de contrarreformas no sentido de retirada de direitos dos trabalhadores para alimentar o capital financeiro com fundo público contribuir para menos direitos e precarização dos serviços públicos (FONTES, 2017). Segue em curso um ataque brutal aos direitos sociais, que busca beneficiar apenas a classe burguesa composta por uma elite reacionária, capaz de movimentar todos seus recursos para sua perpetuação no poder.

### **3 QUESTÃO SOCIAL: compreensões sobre o seu significado**

De acordo com Santos (2012), as diversas expressões da “questão social”, se manifestam na vida dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho (formal e/ou informalmente), remete na ausência dos determinantes da saúde tais como, acesso a saneamento básico, habitação, educação, elementos que coopera para a pauperização. Evidente que a interferência das classes sociais e do Estado, resulta em políticas sociais de forma redistributiva.

A questão social é denominada por Yamamoto e Carvalho (1995, p. 77) como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.

Segundo Netto (2001), no início do século XIX a expressão questão social começou a ser utilizada na Inglaterra, para constatar um fenômeno novo, o pauperismo. Este surge como consequência da primeira onda industrializante do capitalismo industrial-concorrencial, por sua vez, tem início no final do século XVIII.

Assim, a questão social baseia-se na contradição entre capital e trabalho, quando os pequenos proprietários são desapropriados pelos capitalistas de suas terras para suprir a mão de obra operária nas fábricas, considerando que adquirir terra significava não estar disponível à exploração pelo capital, por conseguinte, os grandes capitalistas se utilizavam dos “cercamentos” (SANTOS, 2012). Assim, restava apenas a sua força de trabalho para ser vendida em troca da manutenção da sua vida.

Fica evidente que a pobreza sempre existiu, porém, não como acontece hoje, as causas da pobreza eram em consequência ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, considerando que a produção não conseguia suprir as necessidades de toda a sociedade. No entanto, o que visualiza com a produção e o aumento da pobreza e desigualdade em níveis alarmantes. Em decorrência dos meios de produção, quem detém os meios de produção, concentra todo o lucro, enquanto o operário mal tem condições de manter sua própria subsistência.

Importa destacar, contudo, o momento em que o proletariado começa a se opor abertamente à exploração sofrida, pois se ele se adaptasse às condições impostas, os desdobramentos sócio-políticos desse fenômeno não existiriam.

Desta forma, de acordo com Netto (2001, p. 43), destaca:

[...] Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino [...] e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”.

Diante desse cenário de pauperização, cuja a finalidade é controlar as manifestações realizadas pelos trabalhadores, e como tal o Estado instaura as primeiras intervenções em relação as desigualdade e alastramento da pobreza. Nesse sentido, conforme ressalta Iamamoto e Carvalho (1997, p. 77), “[...] o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

estabelecendo não só uma relação jurídica do mercado de trabalho [...] como um novo tipo de enfrentamento da questão social.”

De acordo com Netto, (2001), a partir da revolução burguesa de 1848, a expressão questão social passa a ser utilizada e naturalizada pelo pensamento conservador, tanto pelos conservadores laicos como pelos confessionais. Uma vez que os pensadores laicos- designados como aqueles que não pertencem a uma religião; mediante a este posicionamento considera que as expressões da questão social são desdobramentos inerentes de qualquer ordem social, podem ser objeto de uma intervenção política limitada. Para os confessionais – vinculado a uma religião, apelam para medidas que diminuam os agravamentos dessas expressões, assegurando que apenas o seu excesso contraria a vontade divina.

Nesse sentido de acordo com Iamamoto, (2012), O retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens, são considerados como manifestações da expressão da questão social, e conseqüentemente a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas cresceu.

É neste contexto de transformações, resultante de medidas apresentada pelos organismos financeiros internacionais que impõe a implementação das políticas de ajuste estrutural, submetendo a política social aos ditames da política macroeconômica com forte teor privatista. Assim, as ações adotadas são pautadas na lógica da focalização, corte dos gastos sociais, retração dos serviços públicos, enxugamento do Estado, seletividade na oferta de programas direcionados aos pobres e necessitados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das discussões levantadas no decorrer deste artigo, as reflexões realizadas mostram o atual contexto de ofensiva do capital, sobretudo nas políticas públicas, que reflete diretamente na vida dos trabalhadores afetados pela redução do trabalho formal e, conseqüentemente, o acesso aos direitos trabalhistas, em detrimento aos fortes corte aos direitos sociais a um processo de enfraquecimento e



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

empobrecimento da classe trabalhadora, em que são forçados a empregos precários, flexíveis e privatizados.

Além disso, o contexto atual apresenta profundas transformações baseada nas relações estabelecidas entre as classes sociais sob a dominação do capital financeiro, considerando a ampliação da desigualdade como elemento estrutural de dominação, processo vivenciado pelas lutas de classes, uma vez que os capitalistas sempre exigem o máximo dos trabalhadores e o correr a pauperização massiva dos trabalhadores, e partir disso a burguesia organizam seu objetivos na tentativa de destruí-los.

De modo geral, essa mudança global vem mudando as organizações do trabalho coletivo, resposta do projeto neoliberal que visa trabalhadores submisso ao trabalho precário, terceirizado, seletivo e, por conseguinte temos o aumento das expressões da “questão social” — dos sujeitos e conflitos sociais nelas envolvidos — e das políticas e ações do Estado advindo do modo de capital.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, P. K. L. **A Crise do capital e as refrações da questão social. SER Social**, [S. l.], v. 23, n. 48, p. 176–190, 2021. DOI: 10.26512/sersocial.v23i48.30424. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/30424](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/30424). Acesso em: 15 fev. 2022.

Brettas, Tatiana. **Capitalismo dependente neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: consequências, 2020.

BEHRING, Elaine. **Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social**. In: SALVADOR, Evilasio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-180.

\_\_\_\_\_, E. e BOSCHETTI, I. **Política social**. São Paulo, Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete Salete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social**. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do capital e fundo público**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 67-89.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 5).



Londrina PR, de 24 a 27 de maio de 2022.

**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FERNANDES, Elaine Nunes Silva. **Crise do capital e as consequências da reversão neocolonial**: para a questão agrária brasileira. Maceió: Edufal, 2019.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, crises e conjuntura**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: 409 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.116> . Acesso em 21/ dez, 21.

GIL. Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5º Ed.- 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTA, Ana Elizabete et al. **O neofascismo no poder (ano I): análise críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: consequências, 2019.

\_\_\_\_\_, Ana Elizabeth (org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

MIRANDA, F. Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 111. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

\_\_\_\_\_, NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Temporalis, Brasília: Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, n.3, 2001. p. 41-49.

Salvador, Evilasio da Silva. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2017, n. 130 [Acessado 19 Dezembro 2021], pp. 426-446. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.117>>. ISSN 2317-6318.

SANTOS, J. S. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. Biblioteca Básica de Serviço Social.

SALVADOR, Teixeira, Sandra. **Orçamento e políticas sociais**: metodologia de análise na perspectiva crítica. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 18, p. 15-32, 2014

SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2000.